

ARTIGO

O censo da população em situação de rua da cidade de São Paulo: perfil das pessoas LGBTQIA+ e os desafios das políticas públicas de saúde

The census of the homeless population in the city of São Paulo: profile of LGBTQIA+ people and the challenges of public health policies

Renato Barboza¹

Resumo

O último censo da população em situação de rua da cidade de São Paulo, em 2021, recenseou 31.884 pessoas. O quesito identidade de gênero foi autodeclarado por 68,58%, contra 31,42% dos que não responderam. Majoritariamente, 54,91% são homens cisgêneros e 11,58% mulheres cisgêneros. Na pesquisa censitária, 668 pessoas (3,05%) autodeclararam outras identidades não cisgênero e representam o universo LGBTQIA+ analisado. Considerando-se as vulnerabilidades individuais, sociais e programáticas das pessoas LGBTQIA+, examina-se, na perspectiva interseccional, o perfil dessa população, quanto à caracterização da situação de rua, o tempo de vivência na rua, a faixa etária, as especificidades da identidade de gênero e a raça/cor/etnia, bem como as dificuldades metodológicas na coleta dos dados. Predominantemente, 58,08% se concentram em três das 31 subprefeituras; a maioria é do sexo masculino; um terço se identifica como agênero; 63,03% se autodeclararam como pretos e pardos; 45,21% têm entre 31 e 49 anos de idade; mais da metade vive nas ruas há mais de dois anos; 71,41% se encontravam em situação de rua e menos de um terço foi acolhido pelos serviços municipais. A pandemia da covid-19, intensificou as vulnerabilidades da população LGBTQIA+ em situação de rua na cidade mais rica do País e sua mitigação exige maior proatividade das políticas públicas de saúde em interface com outros setores.

Palavras-chave: População de rua, Minorias Sexuais e de Gênero, LGBT, Políticas públicas, covid-19.

Abstract

The last census of the homeless population of the city of São Paulo, in 2021, counted 31,884 people. The question of gender identity was self-reported by 68.58%, against 31.42% of people who didn't answer. The majority, 54.91% are cisgender men and 11.58% are cisgender women. In the census, 668 people (3.05%) self-reported other identities not cisgender and represent the LGBTQIA+ universe analyzed. Considering the individual, social, and programmatic vulnerabilities of LGBTQIA+ people, we examine, from an intersectional perspective, the profile of this population, regarding the characterization of the street situation, the time they have been living on the streets, the age group, the specificities of their gender identity and race/color/ethnicity, as well as the methodological difficulties of data collection. Predominantly, 58.08% is concentrated in 3 of the 31 sub districts; the majority is male; one third identifies as agender; 63.03% self-declares as black and brown; 45.21% is between 31 and 49 years old; more than half has been living on the streets for more than 2 years; 71.41% was homeless and less than one third was sheltered by the municipal services. The COVID-19 pandemic, has intensified the vulnerabilities of the LGBTQIA+ homeless population in the country's wealthiest city and its mitigation requires greater proactivity from public health policies in interface with other sectors.

Keywords: Homeless population, Sexual and Gender Minorities, LGBT, Public policies, COVID-19.

¹ Renato Barboza (renato@isaude.sp.gov.br) é cientista social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Saúde Coletiva pela Coordenadoria de Controle de Doenças da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (CCD-SES/SP), Doutor em Psicologia Social e do Trabalho pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP), Pesquisador Científico VI do Instituto de Saúde da Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES/SP), Pesquisador do Grupo de Pesquisa em Psicologia Política, Políticas Públicas e Multiculturalismo (USP) e do Núcleo de Estudos para a Prevenção da Aids (USP) e Representante do Instituto de Saúde no Comitê Técnico de Saúde Integral da População LGBT (SES/SP).



Introdução

No segundo mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, (2007 a 2011), foi promulgado, em dezembro 2009, o decreto nº 7.053 instituindo a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR)¹.

(...) considera-se população em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória¹.

Entre os objetivos da PNPSR, destacam-se a contagem pelos órgãos oficiais da população em situação de rua; a produção, sistematização e disseminação de dados e indicadores sociais, econômicos e culturais sobre a rede de serviços públicos destinados à população em situação de rua; o incentivo à pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade étnico-racial, sexual, de gênero e geracional, nas diversas áreas do conhecimento¹.

O município de São Paulo realizou seis edições do censo da população em situação de rua em 2000 (N= 8.706), 2009 (N= 13.666), 2011 (N= 14.478), 2015 (N= 15.906), 2019 (N= 24.344) e 2021 (N= 31.884)². A série histórica evidencia o incremento dessa população na cidade, computado a cada edição do censo e, incondicionalmente, reafirma o quanto premente é o desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais que promovam e assegurem o acesso aos direitos de cidadania das pessoas em situação de rua à luz da política nacional¹.

Considerando-se a pouca visibilidade das pessoas LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis/transsexuais/transgêneros, queer, intersexuais,

assexuais e outras identidades não binárias) entre a população em situação de rua, o presente artigo visa analisar, na perspectiva interseccional, o perfil da população no censo de 2021 quanto à caracterização da situação de rua, o tempo de vivência na rua, a faixa etária, as especificidades da identidade de gênero e a raça/cor/etnia. Adotou-se no artigo a nomenclatura LGBT+ como referência ao conjunto dos segmentos que formam essa população.

Metodologia

Trata-se de um estudo do tipo exploratório, descritivo e de abordagem quantitativa^{3,4}, baseado no censo da população em situação de rua do município de São Paulo, conduzido pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) em dezembro de 2021². As informações do referido censo são de domínio público e encontram-se disponíveis no site oficial da SMADS, por meio de um banco de dados em programa Excel, o qual permite extrair e cruzar as variáveis de interesse.

Para a viabilização da coleta dos dados, a cidade de São Paulo foi dividida em nove distritos censitários e esses, em setores censitários. A equipe de campo coletou os dados em cada um dos setores censitários em uma única noite, no período de 20 de outubro a 10 de novembro de 2021².

A contagem censitária na cidade de São Paulo aferiu um total de 31.884 pessoas em situação de rua². As variáveis analisadas no presente artigo referem-se à caracterização da população (rua ou acolhimento institucional); à identidade de gênero autodeclarada; à faixa etária; à raça/cor/etnia autodeclarada; ao tempo de permanência dos indivíduos em situação de rua; à distribuição dessa população nas Subprefeituras e respectivos distritos administrativos.

O universo de análise é constituído por 668 pessoas em situação de rua, cujo quesito identidade de gênero foi autodeclarado como LGBTQIA. A pergunta que versou sobre a identidade de gênero foi demandada pela área de direitos humanos da prefeitura de São Paulo e classificada como cisgênero, agênero,

transexual, travesti, não binário, “outra identidade” e não declarado².

Os dados selecionados na base do censo da população em situação de rua da SMADS foram submetidos à análise descritiva, baseada em frequências absolutas e relativas.

Resultados e discussão

Na Tabela 1, observa-se que no município de São Paulo foram recenseadas 31.884 pessoas em situação de rua. Nesse contingente, mais da metade da população pertence ao segmento identificado como em situação de rua, 60,25%, e 39,75% aos denominados acolhidos institucionalmente nos equipamentos sociais que estão sob a gestão da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Considerando-se o total dos recenseados e excluindo-se os que não autodeclararam a identidade de gênero, a população LGBT+ correspondeu a 668 pessoas, ou seja, 3,05%. Nesse universo, os dados demonstram que menos de um terço das pessoas LGBT+ foram classificadas como acolhidas institucionalmente e, majoritariamente, 71,41% se encontravam em situação de rua (Tabela 1). A disparidade entre os dois segmentos revela vulnerabilidades no plano programático⁵, indicando barreiras no processo de acesso e vinculação das pessoas LGBT+ aos equipamentos e serviços de acolhimento da rede municipal.

Tabela 1. Frequência absoluta e relativa da população em situação de rua, segundo segmento e identidade de gênero LGBT+, SMADS, 2021.

População	Segmento		LGBT+	
	Nº	%	Nº	%
Situação de rua	19.209	60,25	477	71,41
Acolhimento institucional	12.675	39,75	191	28,59
Total	31.884	100	668	100

Fonte: Censo SMADS, 2021.

Na Tabela 2, verifica-se que o contingente da população LGBT+ está presente em todas as 31 subprefeituras da cidade de São Paulo, indicando que as políticas públicas implementadas para esses segmentos devem estar balizadas pelas diretrizes da descentralização e da intersectorialidade. Entretanto, cabe sublinhar que essa população está distribuída desigualmente pelo território. Em grande angular, mais da metade das subprefeituras (58,06%) têm um número diminuto de até 10 pessoas LGBT+ nessa situação. Os dados evidenciam que a população LGBT+ cujo quantitativo é maior do que 51 pessoas está concentrada principalmente em apenas três subprefeituras, perfazendo 388 pessoas, ou seja, 58,08% do total.

As três subprefeituras em questão referem-se a Sé, com 227 LGBT+, a qual possui o maior contingente da cidade, seguida pela Mooca, com 102 pessoas, e Santana-Tucuruvi, com 59 pessoas (Tabela 2). A título de exemplo, no caso específico da subprefeitura da Sé, a população LGBT+ em situação de rua está presente em todos os distritos. No entanto, a maioria concentra-se nos distritos da Sé, República, Santa Cecília, Bom Retiro e Liberdade.

Nesse sentido, no campo da gestão pública, faz-se necessário envidar esforços e concentrar recursos para implementar ações programáticas intersectoriais nos distritos pertencentes a essas subprefeituras, visando à mitigação de vulnerabilidades individuais, sociais e programáticas⁵. Em suma, postula-se o “Estado em ação”, dado que quanto maior a presença e o comprometimento do poder público ao enfrentar um determinado problema social, menor será o grau de vulnerabilidade da população⁶. Assim, ao analisar o desenvolvimento das políticas públicas, compreende-se “por que e como o Estado age, dada às condições que o cercam, do conjunto de ações implementadas pelo Estado e pelas autoridades governamentais”⁶ (p.24).

Majoritariamente, 532 pessoas LGBT+ recenseadas são do sexo masculino (79,64%), e 136 do sexo feminino (20,36%). É importante sublinhar que a identidade de gênero diz respeito à identificação de qualquer pessoa a um tipo singular de gênero, o qual, necessariamente, independe do sexo biológico

de nascimento masculino ou feminino. Entre os respondentes do censo que autodeclararam o quesito identidade de gênero, mais da metade, 54,91%, identificaram-se como homens cisgênero (indivíduos que se identificam com o gênero de nascimento), ao passo que, nas mulheres cisgênero, a proporção foi de 11,58% (Tabela 3). Isto posto, como observado em outros estudos, o perfil preponderante da população em situação de rua é constituído principalmente por homens, os quais correspondem a 4,7 vezes o número de mulheres recenseadas em São Paulo.

Tabela 2. Frequência absoluta e relativa da população em situação de rua, segundo Subprefeituras e identidade de gênero LGBT+, SMADS, 2021.

N° pessoas	Subprefeituras		LGBT+	
	N°	%	N°	%
Até 10	18	58,06	73	10,93
11 a 30	8	25,81	125	18,71
31 a 50	2	6,45	82	12,28
51 a 100	1	3,23	59	8,83
101 a 200	1	3,23	102	15,27
201 a 227	1	3,23	227	33,98
Total	31	100	668	100

Fonte: Censo SMADS, 2021.

Chama a atenção, na Tabela 3, que um terço dos respondentes, 10.017 pessoas (31,42%), optaram por não declarar a identidade de gênero. Excluindo-se da análise, as pessoas que não declararam essa informação, aferiu-se que 68,58% dos respondentes a referiram. É mister observar que a coleta desse dado, considerado sensível e de caráter íntimo em qualquer levantamento face a face, requer necessariamente um preparo técnico apurado do agente recenseador na abordagem às pessoas em situação de rua.

No que concerne especificamente à população LGBT+, as identidades de gênero autorreferidas, excluindo-se os homens e as mulheres cisgêneros e os não declarados, verifica-se, na Tabela 3, que

34,13% se autodeclararam como agêneros (pessoas que não se identificam com um gênero específico), seguido pelo segmento trans de mulheres (25,60%) e de homens (10,78%). Ademais, 100 pessoas, ou seja, 14,97% dos respondentes autorreferiram “outras identidades”, 7,49% se reconheceram como travestis, e 7,04% colocaram-se na categoria não binário. Não obstante o expressivo número de não respondentes e a fragilidade dos dados coletados, pôde-se constatar a pluralidade das performances e das identidades de gênero assinaladas pelo conjunto da população LGBT+ em situação de rua da cidade de São Paulo.

Em relação a outros levantamentos censitários, constata-se uma discrepância significativa entre o número de pessoas do segmento trans e de não binárias recenseadas pela SMADS, totalizando 340 pessoas (50,91% das pessoas LGBT+), comparado ao *survey* “Mapeamento de Pessoas Trans na Cidade de São Paulo”, realizado de forma pioneira em 2021, que identificou 1.788 pessoas, sendo a maioria mulheres trans (48%), seguidas de travestis e de homens trans, com 23% cada, e 6% autodeclaradas como não binárias⁷. Portanto, há uma diferença de 1.448 pessoas entre os dois inquéritos populacionais, conduzidos no mesmo ano na cidade de São Paulo, denotando que a parcela de pessoas trans e não binárias é significativamente maior do que a aferida no censo oficial da prefeitura. No *survey*, a proporção de pessoas trans sem teto foi elevada e incluiu as que moram na rua (4%), em albergues (9%) e em ocupações (3%), perfazendo 16% e, no caso das travestis, foi o dobro, alcançando 32%, evidenciando vulnerabilidades individuais e sociais internas no segmento trans⁷.

A observância desse quesito e o processo analítico acurado, iluminam o conhecimento acerca do perfil da identidade de gênero, conferindo, sobretudo, visibilidade ao grupo LGBT+, o qual deve ser incluído na sua diversidade nas políticas e ações programáticas em curso na gestão pública municipal. Outrossim, cabe sublinhar que o Brasil integra o conjunto de países signatários dos Princípios de Yogyakarta, uma plataforma internacional que preconiza os direitos humanos como universais, interdependentes e indivisíveis⁸. Assim, em linha com os Princípios de Yogyakarta, concebe-se

os atributos da identidade de gênero e da orientação sexual como elementos intrínsecos à autopercepção de cada indivíduo, sendo, portanto, essenciais para o reconhecimento da dignidade humana⁸.

Tabela 3. Frequência absoluta e relativa da população em situação de rua, segundo identidade de gênero e identidades LGBTQ+, SMADS, 2021.

Identidade de gênero	Identidades autorreferidas		Identidades LGBTQ+	
	Nº	%	Nº	%
Agênero	228	0,72	228	34,13
Mulher trans	171	0,54	171	25,60
Homem trans	72	0,23	72	10,78
Travesti	50	0,16	50	7,49
Não binário	47	0,15	47	7,04
Outras identidades	100	0,31	100	14,97
Mulher cisgênero	3.691	11,58	-	-
Homem cisgênero	17.508	54,91	-	-
Não declarado	10.017	31,42	-	-
Total	31.884	100	668	100

Fonte: Censo SMADS, 2021.

No que diz respeito ao perfil etário da população LGBTQ+, destaca-se em primeiro lugar, na Tabela 4, a faixa etária de 31 a 49 anos de idade, responsável por 45,21% do total recenseado. O segundo lugar do ranking é ocupado pelas pessoas na faixa de 18 a 30 anos (25,15%) e, na sequência, as que têm entre 50 e 59 anos de idade (10,33%). Entre os idosos, o gradiente etário variou de 60 a 89 anos, sendo que nesse grupo a maior parcela refere-se a faixa de 60 a 69 anos, perfazendo 2,54%. O menor grupo encontrado no censo foi o de adolescentes LGBTQ+ de 12 a 17 anos, os quais representam 1,50% do total.

Em linhas gerais, os dados etários das pessoas LGBTQ+ em situação de rua, contemplam integralmente

o ciclo geracional. Todavia, ganha relevo na análise a população adulta, que corresponde a 371 pessoas na faixa entre 31 e 59 anos, ou seja, 55,53% desse universo. Nessa perspectiva, a população LGBTQ+ jovem, entre 18 a 30 anos de idade, equivale ao segundo maior grupo, abrangendo 168 pessoas (25,14%).

Desse modo, o esquadramento das informações oriundas do ciclo geracional é imprescindível para que os gestores e as equipes (re)conheçam as necessidades específicas dos segmentos LGBTQ+, as quais devem orientar o processo decisório na fase de planejamento e, posteriormente, na oferta de programas sociais e de ações de saúde integral, acesso à educação, à qualificação profissional e à geração de renda.

Tabela 4. Frequência absoluta e relativa da população LGBTQ+ em situação de rua, segundo a faixa etária, SMADS, 2021.

Faixa etária LGBTQ+	Nº	%
12 a 17 anos	10	1,50
18 a 30 anos	168	25,15
31 a 49 anos	302	45,21
50 a 59 anos	69	10,33
60 a 69 anos	17	2,54
70 a 79 anos	2	0,30
80 a 89 anos	2	0,30
Sem informação	98	14,67
Total	668	100

Fonte: Censo SMADS, 2021.

No quesito raça/cor/etnia, a maior incidência de pessoas LGBTQ+ referiu-se àquelas que se auto-declararam como pardas, com 42,07%, seguida por pessoas brancas, com 21,86%, e pretas, com 20,96% (Tabela 5). O menor quantitativo foi encontrado entre as que se declararam da raça/cor/etnia amarela e indígena, sendo 1,05% e 1,20%, respectivamente.

Ademais, nota-se na Tabela 5 que a soma de pretos e pardos equivale a 63,03% e corresponde, portanto, ao maior quantitativo da população LGBTQ+ em situação de rua na cidade de São Paulo. A proporção entre os LGBTQ+

foi um pouco menor, quando comparada aos pretos e pardos contabilizados no total do censo, que foi de 70,8%².

Tabela 5. Frequência absoluta e relativa da população LGBT+ em situação de rua, segundo raça/cor/etnia, SMADS, 2021.

Raça/cor/etnia LGBT+	Nº	%
Branca	146	21,86
Parda	281	42,07
Preta	140	20,96
Amarela	7	1,05
Indígena	8	1,20
Não declarado	11	1,65
Sem informação	75	11,23
Total	668	100

Fonte: Censo SMADS, 2021.

A Tabela 6 examina as identidades de gênero autorreferidas do universo LGBT+ em situação de rua na intersecção com o perfil de raça/cor/etnia. Nos LGBT+ brancos, a maior incidência foi observada entre os que se identificaram como agêneros (41,10%), seguidos das mulheres trans (21,92%), “outras identidades” (17,12%), homens trans (10,27%) e travestis (6,16%)

e, a menor proporção, entre os não binários (3,42%). Nos segmentos de pretos e pardos, os quais representam mais da metade da população em situação de rua recenseada em São Paulo, as proporções dos que se autodeclararam agêneros também foram maiores, respectivamente, 28,57% e 34,88%.

No segmento de mulheres trans, as pardas (30,60%) e as pretas (26,43%) corresponderam à maioria, comparadas às brancas (21,92%) e às indígenas (25,00%). No segmento dos homens trans, a maior proporção foi de pretos (12,14%) e pardos (10,32%), seguidos dos indígenas (12,50%) e dos brancos (10,27%). Da mesma forma, entre as travestis, as pretas com 10,00% e as pardas com 7,83% foram as mais evidentes, comparadas às brancas, com 6,16%. Na parcela das travestis, as amarelas e as indígenas não foram autorreferidas (Tabela 6). Assim, na perspectiva da interseccionalidade enquanto categoria analítica, no que tange à interface entre a identidade de gênero e a raça/cor/etnia, os achados revelam a importância da população preta e parda LGBT+, especialmente, entre as transexuais e as travestis⁹.

Os LGBT+ identificados como não binários e vinculados a “outras identidades” foram as duas categorias presentes em todo o espectro do perfil de raça/cor/etnia. Na população recenseada, apenas 11 pessoas LGBT+ não declararam a raça/cor/etnia (Tabela 6).

Tabela 6. Frequência absoluta e relativa da população LGBT+ em situação de rua, segundo identidade de gênero e raça/cor/etnia, SMADS, 2021.

Identidade de gênero LGBT+ raça/cor/etnia	Branca		Preta		Parda		Amarela		Indígena		Não declarado	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Agênero	60	41,10	40	28,57	98	34,88	3	42,86	0	0	3	27,27
Mulher trans	32	21,92	37	26,43	86	30,60	0	0	2	25,00	1	9,09
Homem trans	15	10,27	17	12,14	29	10,32	0	0	1	12,50	0	0
Travesti	9	6,16	14	10,00	22	7,83	0	0	0	0	1	9,09
Não binário	5	3,42	12	8,57	20	7,12	2	28,57	4	50,00	2	18,18
Outras identidades	25	17,12	20	14,29	26	9,25	2	28,57	1	12,50	4	36,36
Total	146	100	140	100	281	100	7	100	8	100	11	100

Fonte: Censo SMADS, 2021.

Exceto homens e mulheres cisgêneros e 75 registros sem informação.

A pesquisa censitária evidenciou que a maior parcela das pessoas LGBTQ+ está em situação de rua ou frequentando os serviços de acolhimento institucional há mais de dois anos e menos de cinco anos, perfazendo 24,10% do total. Na sequência, 20,81% encontram-se nessa condição há mais de cinco anos e menos de dez anos, e 10,78% há mais de 10 anos (Tabela 7). Dessa maneira, os achados demonstram que mais da metade dessa população, ou seja, 372 pessoas (55,69%) vivem em situação de rua na cidade de São Paulo por um longo período, superior a dois anos, estendendo-se até mais de uma década.

Um segundo extrato está em situação de rua há mais de seis meses e menos de dois anos, correspondendo a 127 pessoas LGBTQ+ (19,01%). Ademais, o censo aferiu que 76 pessoas (11,38%), o menor quantitativo entre os respondentes, estão nessa condição há menos de uma semana e, no máximo, até seis meses (Tabela 7).

Os impactos provocados pelo cenário pandêmico no Brasil e na cidade de São Paulo corroboraram sobremaneira para o aumento das vulnerabilidades⁵ da população LGBTQ+, agravadas pelas desigualdades sociais e econômicas em um contexto de maior insegurança alimentar e de crescimento das violações de direitos humanos, dos preconceitos e, principalmente, da LGBTQfobia¹¹. Soma-se a isso a aglomeração devido às condições precárias e insalubres de vida, inviabilizando a adoção das medidas sanitárias de isolamento social e de quarentena preconizadas pelos órgãos da saúde, bem como a falta de acesso regular à água potável, ao saneamento básico e aos insumos de prevenção, como máscaras e álcool para a higienização adequada das mãos¹².

Além disso, a garantia do acesso integral e equânime à imunização para covid-19 no Sistema Único de Saúde (SUS) exigiu dos profissionais da saúde e da assistência social em interface com as lideranças comunitárias da população em situação de rua e das organizações da sociedade civil, um planejamento rigoroso para completar o esquema vacinal, dada a mobilidade e os marcadores de gênero, raça/cor e geração que operam como condicionantes e determinantes das vulnerabilidades da população LGBTQ+¹³.

Salienta-se que a população LGBTQ+ ainda sofre preconceitos e discriminações no acesso aos cuidados em saúde na rede do SUS. No caso das pessoas LGBTQ+ que vivem em situação de rua, as desigualdades em saúde são maiores e não raro suas necessidades de saúde são desrespeitadas pelos profissionais e gestores, além das instituições que apresentam lacunas técnicas na organização do processo de trabalho. Logo, para assegurar a equidade e o direito à saúde integral preconizados pelo SUS, as vulnerabilidades programáticas⁵ presentes no lócus dos serviços de saúde e nas práticas conservadoras de uma parcela dos profissionais, devem ser definitivamente eliminadas, assim como a LGBTQfobia institucional e social, direcionadas às pessoas que vivem em situação de rua¹⁴.

Tabela 7. Frequência absoluta e relativa da população LGBTQ+ em situação de rua, segundo o tempo de situação de rua, SMADS, 2021.

Tempo de situação de rua	Nº	%
Até 1 semana	13	1,95
Mais de 1 semana até 1 mês	13	1,95
Mais de 1 mês até 6 meses	50	7,49
Mais de 6 meses até 1 ano	50	7,49
Mais de 1 ano até 2 anos	77	11,53
Mais de 2 anos até 5 anos	161	24,10
Mais de 5 anos até 10 anos	139	20,81
Mais de 10 anos	72	10,78
Não sabe ou não respondeu	93	13,92
Total	668	100

Fonte: Censo SMADS, 2021.

O Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua, criado em 2021, com sede na Universidade Federal de Minas Gerais, coordena estudos sobre os direitos humanos das populações mais vulneráveis. A produção e divulgação de conhecimento sobre o fenômeno da população em situação de rua brasileira ocorre em interface com o Movimento Nacional da População em Situação de Rua e a Pastoral Nacional do Povo da Rua. As ações são

organizadas em seis eixos: 1) Cidadania; Assistência Social e Saúde; 2) Moradia; 3) Infâncias, Adolescências e Juventudes; 4) Mulheres, Gêneros e Famílias; 5) Justiça e 6) Trabalho e Tecnologias Sociais. Além desses, outros três eixos transversais balizam as análises do observatório: a) Violências estruturais: racismo, gênero e capital; b) Diálogo com práticas locais, regionais e nacionais e c) Diálogo com experiências internacionais¹⁵.

É mister sublinhar que os dados analisados por esse observatório diferem do censo conduzido pela SMADS. Em 2021, foram contabilizadas 37.200 pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo, ou seja, 57,61% em relação ao total do Estado de São Paulo, que perfaz 64.570 pessoas¹⁶. Portanto, há uma diferença de 5.316 pessoas em situação de rua, identificadas nas métricas desse observatório, correspondendo, proporcionalmente, a 16,67% de pessoas não recenseadas e que foram invisibilizadas no censo da SMADS.

A análise do referido observatório baseou-se nos dados oriundos do Ministério da Cidadania para o ano de 2021 e na série histórica 2012 a 2021, revelando que no município de São Paulo há 300 pessoas em situação de rua por 100 mil habitantes. Em síntese, a maioria é composta por pessoas do sexo masculino (86,73%), pretos e pardos (64,47%), na faixa etária de 30 a 59 anos (70,88%) e com baixa escolaridade (34,8% com ensino fundamental incompleto; e 14,7% sem instrução). Hegemonicamente, 94,65% das pessoas em situação de rua têm renda mensal de até R\$ 89,00, o que equivale à metade do indicador que mede a extrema pobreza no Brasil, cujo valor é de R\$ 175,00 mensais. Nesse sentido, 82,42% recebem benefícios assistenciais do governo federal, como o Programa Auxílio Brasil/Bolsa Família, espelhando assim a condição de pobreza e de vulnerabilidade social dessa população¹⁶.

Nessa perspectiva, ativistas dos movimentos sociais que atuam junto à população em situação de rua de São Paulo corroboram a mesma posição dos pesquisadores do observatório e defendem que há falhas na metodologia adotada pela SMADS na coleta dos dados. De acordo com os ativistas, em

algumas situações as pessoas não foram abordadas individualmente e a contagem foi efetuada por contato visual, além do horário de coleta após as 22 horas ser inadequado, porque muitos já estão dormindo e se recusam a abrir a barraca para responder as questões do censo. Ademais, os recenseadores enfrentaram dificuldades para acessar as pessoas que vivem em buracos em viadutos da cidade, mocós e outros locais de risco com percursos em regiões de mata, bem como a presença de cachorros nas barracas e ameaças de traficantes de drogas, a exemplo da região da cidade conhecida como Cracolândia, onde a população foi contada visualmente¹⁷.

Considerações finais

A população LGBTQ+ em situação de rua corresponde a 3,05% do total das pessoas recenseadas no município de São Paulo em 2021, sendo 58,08% dessa população concentrada em três das 31 subprefeituras. O perfil majoritário é constituído por pessoas do sexo masculino; um terço se identificou como agênero; 63,03% se autodeclararam como pretos e pardos; 45,21% têm entre 31 e 49 anos de idade; mais da metade vive nas ruas há mais de dois anos; 71,41% se encontravam em situação de rua e menos de um terço foi acolhido pelos serviços da rede municipal. Sinteticamente, os dados analisados podem qualificar o planejamento das equipes e a oferta dos cuidados em saúde, endereçados aos segmentos LGBTQ+ no SUS, com vistas ao acesso universal, integral e equânime.

O censo evidenciou que a pandemia da covid-19, afetou drasticamente as vulnerabilidades da população LGBTQ+ em situação de rua na cidade mais rica do País. A mitigação desse cenário marcado pelo acirramento das desigualdades sociais e econômicas exige dos gestores públicos, no terceiro ano de enfrentamento da pandemia, maior assertividade e proatividade no alcance e, sobretudo, no impacto das políticas públicas de saúde e dos demais setores envolvidos na implementação das ações nesse grupo social.

Ademais, um dossiê sobre a pandemia de covid-19, coordenado pela Associação Brasileira de

Saúde Coletiva (ABRASCO), denunciou que, até o final de 2022, o governo do presidente Jair Bolsonaro não havia publicado nenhuma nota técnica para orientar os profissionais na organização dos cuidados na rede de Atenção Básica, na saúde mental e na urgência e emergência para as pessoas em situação de rua, exceto quanto à prioridade da vacinação. Além disso, não há informações disponíveis em âmbito nacional sobre o número de imunizados nessa população, dado que no Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações não consta um campo específico para inserção dessa informação¹⁸.

Não obstante a relevância do censo da população em situação de rua para o campo das políticas públicas, nas próximas edições é mister considerar, no planejamento das ações de campo, as dificuldades metodológicas identificadas pelos pesquisadores do observatório nacional e pelos representantes dos movimentos sociais da população em situação de rua, especialmente no que tange aos dados subestimados. No que concerne ao quesito identidade de gênero, dada à alta frequência de não resposta, recomenda-se o aprimoramento das estratégias adotadas pelos pesquisadores na abordagem face a face.

Referências

1. Brasil. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências [internet]. Diário Oficial da União. 24 dez 2009. [acesso em 3 nov 2022]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2009/decreto-7053-23-dezembro-2009-599156-publicacaooriginal-121538-pe.html>
2. Prefeitura Municipal de São Paulo (SP), Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS). Pesquisa censitária da população em situação de rua, caracterização socioeconômica da população em situação de rua e relatório temático de identificação de necessidades desta população na cidade de São Paulo [internet]. 2021 [acesso em 3 out 2022]. Disponível em: https://qualitestct-my.sharepoint.com/personal/qualitestct_qualitestct_onmicrosoft_com/_layouts/15/onedrive.aspx?id=%2Fpersonal%2Fqualitestct%5Fqualitestct%5Fonmicrosoft%5Fcom%2FDocuments%2FProjetos%2FCENSO%5FSP%5FSMADS%5F2021%2FProdutos%202021%2FProduto%5FSMADS%5FSP%5F2021%2Epdf&parent=%2Fpersonal%2Fqualitestct%5Fqualitestct%5Fonmicrosoft%5Fcom%2FDocuments%2FProjetos%2FCENSO%5FSP%5FSMADS%5F2021%2FProdutos%202021&ga=1
3. Gil AC. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas; 2008.
4. Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo, Rio de Janeiro: Hucitec; 2004.
5. Ayres JRCM, Calazans GJ, Saletti-Filho HC, França-Júnior I. Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. In: Campos GWS, Minayo MCS, Akerman M, Drummond-Júnior M, Carvalho YM, organizadores. Tratado de Saúde Coletiva. São Paulo: Hucitec; 2009. p. 375-417.
6. Marques E. As políticas públicas na Ciência Política. In: Marques E, Faria CAP, organizadores. A política pública como campo multidisciplinar. São Paulo: Editora Unesp; 2013. p. 23-46.
7. Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - CEDEC. Mapeamento das pessoas trans na cidade de São Paulo: relatório de pesquisa [internet]. 2021 [acesso em 17 nov 2022]. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/direitos_humanos/LGBT/AnexoB_Relatorio_Final_Mapeamento_Pessoas_Trans_Fase1.pdf
8. The Yogyakarta principles plus 10: additional principles and state obligations on the application of international human rights law in relation to sexual orientation, gender identity, gender expression and sex characteristics to complement the Yogyakarta principles [internet]. 2017 [acesso em 2 nov 2022]. Disponível em: http://yogyakartaprinciples.org/wp-content/uploads/2017/11/A5_yogyakartaWEB-2.pdf
9. Crenshaw K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. The University of Chicago Legal Forum 140 [internet]. 1989 [acesso em 10 nov 2022]. Disponível em: <https://philarchive.org/archive/CREDTI>
10. World Health Organization - WHO. Statement on the second meeting of the International Health Regulations (2005) Emergency Committee regarding the outbreak of novel coronavirus (2019-nCoV) [internet]. 2020 [acesso em 15 nov 2022]. Disponível em: [https://www.who.int/news/item/30-01-2020-statement-on-the-second-meeting-of-the-international-health-regulations-\(2005\)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)](https://www.who.int/news/item/30-01-2020-statement-on-the-second-meeting-of-the-international-health-regulations-(2005)-emergency-committee-regarding-the-outbreak-of-novel-coronavirus-(2019-ncov))
11. Todxs Brasil. Cartilha de saúde LGBTI+: políticas, instituições e saúde em tempos de COVID-19 [internet]. 2021 [acesso em 10 nov 2022]. Disponível em: https://unaids.org.br/wp-content/uploads/2021/04/2021_04_16_CartilhaSaudeLGBT.pdf

12. Vote LGBT. Diagnóstico LGBTQ+ na Pandemia: desafios da comunidade LGBTQ+ no contexto de isolamento social em enfrentamento à pandemia de coronavírus [internet]. 2020 [acesso em 11 nov 2022]. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/5b310b91af2096e89a5bc1f5/t/5ef78351fb8ae15cc0e0b5a3/1593279420604/%5Bvote+lgbt+%2B+box1824%5D+diagno%CC%81stico+LGBT%2B+na+pan-demia_completo.pdf

13. Estrela FM, Soares CFS, Cruz MA, Silva AF, Santos JRL, Moreira TMO, Lima AB, Silva MC. Pandemia da Covid 19: refletindo as vulnerabilidades a luz do gênero, raça e classe. Cienc Saude Colet [internet]. 2020 [acesso em 10 nvo 2022]; 25(9):3431-3436. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/bbcZzgN6Sns8mNPjKfFYRhb/?format=pdf&lang=pt>

14. Ferreira AP, Nichele C da ST, Jesus JG de, Vianna MB, Cardoso GCP, Salles ICDM, Santos JB, Silva AB, Girianelli VR, Cotrim Junior DF. Evidências científicas sobre o acesso aos serviços de saúde pela população LGBTQI+: revisão de escopo. Research, Society and Development [internet]. 2022 [acesso em 14 nov 2022]; 11(10):e229111032519. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/32519/27718>

15. Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua. Sobre o imperativo ético de uma atuação universitária técnica e política, antirracista e engajada [internet]. [acesso em 15 nov 2022]. Disponível em: https://obpoprua.direito.ufmg.br/sobre_observatorio_brasileiro.html

16. Observatório Brasileiro de Políticas Públicas com a População em Situação de Rua. Boletim Anual [internet]. 2021 [acesso em 15 nov 2022]. Disponível em: <file:///C:/Users/55119/Downloads/BoletimSaoPauloCapital.pdf>

17. Relatório do censo da população de rua aponta dificuldade nas abordagens. Folha de S. Paulo [internet]. 2021 [acesso em 15 nov 2022]. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/12/relatorio-do-censo-da-populacao-de-rua-aponta-dificuldade-nas-abordagens.shtml>

18. Associação Brasileira de Saúde Coletiva - ABRASCO. Dossiê Abrasco: pandemia de COVID-19 [internet]. 2022 [acesso em 17 fev 2023]. Disponível em: https://s3-usa.s3.amazonaws.com/c/308481554/media/1824637bb2d1e9e9d74927413860285/Abrasco_Dossie_Pademia_de_Covid-19_versao2.pdf